



Número: **0005249-54.2019.8.17.2640**

Classe: **PETIÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns**

Última distribuição : **11/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 4.387,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NORMA TEIXEIRA MACIEL (REQUERENTE)		ALBERICO PEREIRA DE CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REQUERIDO)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
78720985	15/04/2021 08:18	Termo de Audiência	Termo de Audiência



Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Garanhuns

AV RUI BARBOSA, 479, - até 1061 - lado ímpar, HELIÓPOLIS, GARANHUNS - PE - CEP: 55295-530 - F:(87) 37649074

Processo nº **0005249-54.2019.8.17.2640**

REQUERENTE: NORMA TEIXEIRA MACIEL

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO REMOTA

Ao décimo quinto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um (15/04/2021), às 07h30min, presente a conciliadora Maristela Rezende Leite. Compareceu o Defensor Público Dr. Albérico Pereira de Carvalho, matrícula nº 127.945-9, representando a demandante, e a demandada Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT SA, representada pelo advogado Dr. Rafael Câmara Albuquerque Alheiros, OAB/PE nº 31.893.

Aberta a audiência de conciliação, realizada remotamente através de grupo formado no *whatsapp*, conforme orientação das **Instruções Normativas Conjuntas TJPE nº 05, de 29 de março de 2020 e nº 06, de 08 de abril de 2020**, esta restou inexistosa, tendo em vista a ausência de acordo entre as partes.

O Defensor Público consignou o seguinte: “A autora pretende submeter-se à perícia médica para confirmar os dados constantes na Inicial”, bem como ficou ciente que a demandada apresentou a contestação e deverá a partir de então apresentar réplica no prazo legal, tendo como fundamento o princípio da economia processual.

Ato ordinário: Cumpridas as formalidades legais, apresentei o presente termo de audiência para que fosse lido pelas partes, após aprovação e nada mais havendo, encerrei-o e devolvi o processo ao Juízo de origem.

Maristela Rezende Leite
Conciliadora

